



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N.º , DE 2001

Solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nas obras realizadas nas primeiras rodovias privatizadas pelo Governo Federal com os recursos do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) ilegalmente cobrado e realizadas sem licitação.

Autor : Deputado Max Mauro

Senhor Presidente,

Requero a Vossa Excelência, nos termos regimentais com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, inciso I, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União auditoria na obras rodoviárias realizadas sem licitação e através das Concessionárias que exploram o pedágio nas rodovias Presidente Dutra; Osório-Porto Alegre; Juiz de Fora-Rio; Rio-Teresópolis; e Ponte Rio-Niterói, que foram pagas com os recursos da arrecadação ilegal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos anos de 1996,1997, 1998 e 1999 totalizando R\$ 53.192.458,91.

JUSTIFICAÇÃO

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, através de sua Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias - DCOR, autorizou a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pelas Concessionárias, no período de Agosto/96 à Agosto/99, com base num Projeto de Lei que tramitava no Congresso Nacional, incluindo as concessões de rodovias no rol das atividades sujeitas ao pagamento desse imposto. Destarte, foram arrecadados de forma indevida, mais de R\$ 53 milhões de reais dos contribuintes, sendo justificado pelo Ministério dos Transportes a sua aplicação em obras rodoviárias face a impossibilidade na identificação dos usuários das rodovias para sua devolução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

O DNER determinou que os recursos arrecadados fossem aplicados em obras de segurança do trânsito, **não previstas** nos programas originais de concessão e **sem licitação**.

Portanto, são irregularidades que deverão ser apuradas, a fim responsabilizar as pessoas envolvidas

Sala das Sessões, Brasília, de de 2001

**Max Mauro
Deputado Federal**